



Bancos públicos no olho do furacão

O poder econômico está de olho em todo patrimônio nacional com a ajuda do governo. Nos bancos públicos, os presidentes nem bem foram empossados e já anunciam medidas que comprometem as empresas. É o caso da venda de ativos no BB e das operações de cartões, seguros, asset e loterias na Caixa.

As iniciativas, na verdade, fatiam as instituições. É a venda de braços importantes para o capital privado. Um caminho sem volta, que compromete os projetos e programas desenvolvidos pelos bancos públicos, a

exemplo do financiamento habitacional e da agricultura familiar, responsável por levar comida para a mesa de milhões de brasileiros.

Manter as empresas do setor longe do capital privado é tão importante que depois da recente crise mundial, diversos países europeus reestatizaram os bancos.

Vale destacar que pesquisa do Datafolha divulgada na semana passada mostra que 60% dos brasileiros são contra as privatizações das estatais. Uma dica que o atual governo parece não se preocupar.

PREVIDÊNCIA: Trabalhador perde com regime de capitalização

O governo tenta apressar a reforma da previdência. A intenção é enviar ao Congresso em fevereiro. A proposta prevê o regime de capitalização, que gera prejuízos ao trabalhador. O modelo não é inédito e nos países implementados não tiveram sucesso.

É o caso do Chile. No país, o trabalhador mantém contas individuais em empresas chamadas de AFP (Administradoras de Fundos de Pensão). Depois de anos de trabalho, o valor recebido de aposentadoria chega a metade do salário mínimo.

Segundo Superintendência de Pensiones de Chile, órgão estatal que controla o sistema de Previdência, a pessoa que se aposenta com salário

de R\$ 2.635,00 recebe entre, em média, R\$ 660,00 (mulheres) e R\$ 870,00 (homens).

Hoje, o modelo brasileiro de Previdência consiste nas contribuições do governo, empregados e empregadores. Os subsídios passados pelas empresas são feitos através da folha salarial, que representa 70% da fonte de custeio.

Se o regime de capitalização for implementado, o sistema de proteção social será enfraquecido. No caso do Chile, a informalidade é tão alta quanto no Brasil e somente 40% dos trabalhadores conseguem se aposentar. Entre os que se aposentam mais da metade recebe benefício inferior ao salário mínimo.

Débora Fonseca disputa segundo turno no Caref

Com expressiva vantagem sobre o segundo colocado, a candidata para representar os funcionários do Banco do Brasil no Caref (Conselho de Administração), Débora Fonseca, vai disputar o segundo turno das eleições. A votação acontece entre 25 e 31 de janeiro. É fundamental que todos participem novamente.

Débora Fonseca teve 11.178 votos e agora disputa com Jair Miller, que teve 3.290 votos. O primeiro turno terminou na terça-feira (08/01). O mandato do eleito é de 2019 a 2021.

Por inspirar confiança, os funcionários do BB apoiaram a ideia de fortalecer a candidata. Um representante do Conselho de Administração tem de ter, acima de tudo, comprometimento com os interesses dos bancários. A candidata tem o apoio da grande maioria dos sindicatos de bancários do país, dentre eles o de Dourados e Região.

Débora Fonseca já trabalhou em diversas agências, conhece o dia a dia do funcionário e a importância do papel do Banco do Brasil no cenário nacional. Apenas funcionários da ativa podem votar no SISBB.

Inscrições pra bolsa de estudos do Santander até dia 21

Uma conquista dos funcionários do Santander oferece uma oportunidade de ampliar o conhecimento. O bancário tem até o dia 21 de janeiro para se inscrever e concorrer as bolsas de estudo. São 2 mil bolsas de até 50% para graduação e 500 para pós-graduação, limitadas ao valor de R\$ 617,00.

O reajuste foi feito de acordo com o da categoria na campanha salarial do ano passado, ou seja, 5%. Os benefícios são fruto de intensa negociação do movimento sindical e estão garantidos por meio do acordo aditivo, renovado por dois anos.

A concessão do auxílio-educação é devolução do trabalho árduo que os funcionários do Santander prestam e rende lucros extraordinários à empresa espanhola. O balanço parcial, até setembro do ano passado, foi de R\$ 8,99 bilhões.

PEC 300: Nova ameaça aos direitos trabalhistas

A reforma trabalhista pode ser mais aprofundada. A proposta que amplia a jornada de trabalho para até 10 horas diárias e reduz o prazo prescricional para ingressar com ação judicial para três meses - atualmente são dois anos - teve parecer favorável do deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG).

O trabalhador também seria obrigado a, antes de impetrar uma ação, ter obrigatoriamente que passar por uma comissão de conciliação prévia. A matéria deve ser analisada agora pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara Federal. A PEC 300/2016 estava paralisada em decorrência da intervenção federal que vigorava no Rio de Janeiro, o que impedia a análise de propostas. A autoria é do deputado Mauro Lopes (MDB-MG).

O sinal verde mostra que o cenário para o brasileiro é bem difícil. Enquanto a parte de cima da pirâmide social recebe vários agrados, o trabalhador sistematicamente tem seus direitos retirados.